

This is not rape out of control. It is rape under control. It is also rape unto death, rape as massacre, rape to kill and to make the victims wish they were dead. It is rape as an instrument of forced exile, rape to make you leave your home and never want to come back. It is rape to be seen and heard and watched and told to others; rape as spectacle. It is rape to drive a wedge through a community, to shatter a society, to destroy a people. It is rape as genocide (Catharine MacKinnon)<sup>100</sup>

## 4 Do corpo político à política do corpo

Considerando as discussões realizadas anteriormente, buscaremos identificar neste capítulo a relação entre a política do corpo e o corpo político, mais especificamente, centraremos-nos na análise das práticas de exclusão da diferença, balizadas em construções genderizadas, operadas pelo Estado ruandês, como a violência sexual. Nesta esteira, buscaremos demonstrar que o projeto de construção de uma comunidade estatal homogênea – pautada em parâmetros morais – requer a eliminação dos dissidentes e que esta eliminação opera por meios específicos, considerando o contexto no qual estão inseridos. Nesse tocante, consideraremos que a formação desta comunidade está pautada no moderno sistema de Estados soberanos, que molda os contornos do pertencimento com base em dualismos hierárquicos e práticas de homogeneização patológica (Rae, 2002) informados pelos pressupostos e expectativas de gênero.

Dentre as práticas utilizadas, nosso foco residirá no corpo da mulher Tutsi como espaço de intervenção estatal. Esta escolha leva em consideração a interseccionalidade na formação da identidade, ressaltando ainda a importância do corpo físico como o lócus das rearticulações identitárias no qual o Estado ruandês pautou-se para empregar práticas de eliminação da diferença. Esta constatação estaria em conformidade com a hipótese avançada nesta dissertação de que a formação da

---

<sup>100</sup> Catharine MacKinnon. “Rape, Genocide and Women’s Human Rights”. In: Stiglmayer, A (Ed). *Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina*, 1994, p. 190.

identidade – da qual a dimensão de gênero é parte constitutiva – se dá de modo performático, atuando nos tipos de violência adotados no caso ruandês e permitindo a transformação do corpo da mulher em um espaço de intervenção estatal.

Para que seja possível avançar estes argumentos, o capítulo se dividirá em duas seções. A primeira apresenta uma discussão acerca da relação entre o corpo político do Estado e a política do corpo. Nesse âmbito, ressaltaremos a utilização da violência sexual contra mulheres Tutsis, fomentada pelo Estado ruandês, visando demonstrar que tal prática leva em consideração uma concepção de identidade genderizada e inscrita no corpo físico dos indivíduos e das mulheres especificamente. Assim, esta seção buscará enfatizar a relação entre violência, gênero e subjetividade, analisando as contribuições teóricas, ao passo que a seção 4.2 concentrar-se-á na dimensão prática da política do corpo perpetrada em Ruanda, considerando os depoimentos das vítimas e dos perpetradores na tentativa de avaliar as conseqüências para a comunidade ruandesa.

#### 4.1

#### **Desmitificando a clara distinção entre público e privado: o corpo como objeto de intervenção estatal**

A ocorrência de estupros em tempos de guerra não é um fenômeno novo. Em geral, o estupro é visto como um simples e inevitável subproduto da guerra; como uma questão de indisciplina, mau comportamento ou necessidade dos soldados (Copelon, 1995, p. 197). Historicamente, tem sido utilizado não apenas como uma recompensa para os soldados vitoriosos, mas como um meio de destruir o tecido social como um todo, utilizando a violência sexual contra a mulher para atingir toda a comunidade (Hansen, 2001, p. 56; Weitsman, 2008, p. 563)<sup>101</sup>.

Há ainda a explicação do estupro em guerras com base na teoria da “panela de pressão”<sup>102</sup>, na qual a violência sexual é explicada como uma combinação dos impulsos biológicos para a liberação sexual com o estresse e caos presentes na vida

<sup>101</sup> Para um maior detalhamento acerca dos exemplos de estupros ao longo da história ver Copelon, R. *Gendered War Crimes: Reconceptualizing Rape in Time of War*. In: PETERS, J.; WOLPER, A. (Eds.). *Women's Rights, Human Rights: International Feminist Perspectives*. New York: Routledge, 1995, p. 197-214; Brownmiller, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*, 1975.

<sup>102</sup> Do original *pressure-cooker theory*.

dos soldados durante e após os combates (Mullins, 2009, p. 16; tradução livre). Essa visão considera o estupro no contexto de guerra como uma constante, contribuindo para concebê-lo como algo inevitável e corroborar a idéia de que os homens seriam levados, involuntariamente, a cometerem tais práticas em função de sua natureza instintiva e violenta, escusando-os da responsabilidade por suas ações (Seifert, 1994, p. 55). Por conseguinte, o estupro seria apenas uma manifestação agressiva da sexualidade, quando, no caso em análise, foi uma manifestação sexual (e genderizada) da agressividade, que combinou o pertencimento a determinado grupo social aos pressupostos associados ao gênero. Nessa esteira, a identificação com os Tutsis foi equalizada à noção de desvio do modelo comportamental, atribuindo, conseqüentemente, referida “anormalidade” a uma característica inerente à condição de mulher ruandesa.

A invasão violenta do corpo da mulher representa um ataque à dignidade, à identidade e à autonomia do sujeito, destituindo-o da capacidade de controle sobre seu próprio corpo. É nessa esfera que a soberania abandona os limites estatais e passa a transformar e dominar a vida do indivíduo, entrando no âmbito da biopolítica, com sua ênfase sobre os modos de dominação e controle do viver individual.

Uma vez que, conforme já argumentamos, o corpo é a instância na qual o que nos constitui parece materializar-se, revelando o que nos define, a violência sexual constitui um ataque não apenas ao corpo em si, mas à própria idéia de indivíduo atrelada àquele corpo, nulificando sua autonomia identitária. Dessa maneira, a invasão forçada e a violência física do estupro seriam metonímicas da conquista e destruição da identidade deste indivíduo e de sua comunidade.

Os pressupostos e expectativas associados à mulher como aquela que necessita da proteção dos homens fez com que muitas mulheres fossem estupradas e mutiladas diante de seus maridos, pais e irmãos, contribuindo para demonstrar superioridade frente ao inimigo, que não foi capaz de protegê-la. Estas construções de gênero também estão presentes na concepção da nação como algo que deve ser defendido pelos homens heróis, em uma analogia do corpo feminino com o corpo político da nação (Farwell, 2004; Seifert, 1994; Coomaraswamy, 1999<sup>103</sup>;

---

<sup>103</sup> Coomaraswamy, Rhadika. “A question of Honour: Women, Ethnicity and Armed Conflict”. Lecture

Brownmiller, 1994). Segundo Farwell, “nations, as territory and as land, are often viewed symbolically as female, to be protected from outside forces, as can be demonstrated by appeals to save the honor of the motherland” (Farwell, 2004, p. 395). Assim, os corpos das mulheres se tornam, figurativa e literalmente, lugar de combate, contribuindo para que tanto a identidade da mulher quanto da comunidade sejam desestabilizadas, possibilitando a lembrança desta violência no futuro<sup>104</sup>. Apesar de o estupro ser uma experiência individual/privada da violação do corpo, é, ao mesmo tempo, altamente politizada e coletivizada (Henry, 2011, p. 52), pois o corpo se torna o lugar da memória, seja ela individual ou coletiva.

Conforme destacamos no capítulo 2, as construções de gênero influenciam as relações sociais e são por elas influenciadas, privilegiando a masculinidade em detrimento da feminilidade e atribuindo funções sociais diferenciadas a homens e mulheres. Estas construções atuam diretamente na dinâmica do conflito, vitimizando mulheres e meninas com a violência sexual e homens e meninos por meio de assassinatos, exatamente em função das expectativas e pressupostos genderizados a eles associados.

Além disso, o militarismo – uma esfera masculinizada por excelência – reforça o sistema patriarcal e os mecanismos de poder e dominação, perpetuando relações hierárquicas entre homens e mulheres e igualando as construções relativas à masculinidade com a violência (Farwell, 2004, p. 394). A interação e interseção entre a estrutura patriarcal e a cultura da militarização alimentam construções de gênero específicas que permitem a internalização de valores protecionistas e a visão da mulher como propriedade a ser defendida, permitindo e legitimando tais práticas discriminatórias. Necessário se faz destacar que a identidade nacional/étnica/religiosa também possui papel crucial na análise das práticas de violência sexual, uma vez que

---

delivered at Third Minority Rights Lecture on 25<sup>th</sup> May, 1999 at Hotel Intercontinental, Geneva. Disponível em: <<http://www.sacw.net/Wmov/RCoomaraswamyOnHonour.html>>. Acesso em 29 ago 2011.

<sup>104</sup> Nas palavras da HWR: “The pattern of sexual violence in Rwanda shows that acts of rape and sexual mutilation were not accessory to the killings, nor, for the most part, opportunistic assaults. Rather, (...) these acts were carried out with the aim of eradicating the Tutsi. (...) The evidence indicates that many rapists expected, consequent to their attacks, that the psychological and physical assault on each Tutsi woman would advance the cause of the destruction of the Tutsi people” (HRW, 1996, p. 22).

as mulheres seriam responsáveis por perpetuar a identidade da comunidade como um todo. De acordo com Yuval-Davis (1997),

“Women are the reproducers of the boundaries of ethnic and nationalist groups, through community control of their sexuality and honor, as situated in women’s bodies. Women protect the honor of their community through marriage and cultural practices that maintain a pure lineage and pure ethnic-cultural identity. It follows, then, that rape and sexual violence during ethnic conflict become strategies for infiltrating or destroying these boundaries and attacking the honor of the community and the purity of its lineage” (Yuval-Davis, 1997 apud Farwell, 2004, p. 395).

Em *Against Our Will* (1975), Brownmiller busca analisar a ocorrência do estupro tanto em tempos de paz quanto durante as guerras, apontando a influência da estrutura patriarcal e a natureza biológica do homem na prática do estupro. A partir do patriarcalismo e dos pressupostos associados a este modelo, mulheres seriam submissas e altamente dependentes dos homens, necessitando de sua proteção dada sua vulnerabilidade. Já os homens, guerreiros e provedores natos, dotados de virilidade, força e coragem, seriam responsáveis por proteger e defender “suas mulheres” e o corpo da nação. Baseados nestes pressupostos e expectativas de gênero, o uso da violência sexual pelos perpetradores demonstraria a incapacidade dos homens de honrar seus compromissos, submetendo-os à humilhação da derrota e da conquista sobre seu “território” (p. 38). Destacamos que apenas o patriarcalismo e a interseção com a militarização não são suficientes para explicar a ocorrência do estupro no caso em questão, pois esta concepção essencializa a categoria mulher e assume que todas as mulheres seriam vítimas. Contudo, no caso ruandês, apenas as pertencentes ao grupo Tutsi foram marginalizadas dessa forma.

Além disso, segundo a autora, os homens, dotados de um atributo natural – o pênis –, poderiam cometer estupros em um processo de intimidação no qual “*all men keep all women in a state of fear*” (Brownmiller, 1975, p. 15, ênfase no original). Assim, apesar de reconhecer que o estupro durante as guerras possa ser utilizado para subjugação e para instaurar o terror na população inimiga, de acordo com Brownmiller (1975), “the original impulse to rape does not need a sophisticated political motivation beyond a general disregard for the bodily integrity of women” (p. 37).

O problema de ver o estupro com base no pensamento dicotômico e considerá-lo uma questão de poder *ou* de sexo parte da idéia do sexo como um atributo biológico primordial de cada indivíduo, conforme argumenta Winifred Woodhull (1988), “the designation of ‘sex’ as a biological or ontological given whose function is to guarantee that sexuality appear to have its origin outside of and prior to power” (p. 170). Por conseguinte, o argumento de Brownmiller (1975) de que os homens são biologicamente mais fortes e capazes e dependem apenas de sua vontade para perpetrar tal ato desconsidera a inter-relação entre as construções sociais genderizadas, o poder das instituições, o caráter performático e interseccional da identidade e sua ‘materialização’ no corpo do indivíduo. Além disso, a tendência em se tratar o estupro como algo comum e universal, leva à perda do alcance histórico, na medida em que desconsidera os contextos e especificidades de cada caso, contribuindo ainda para propagar a visão de todos os homens como potenciais estupradores e misoginistas.

Cumprе enfatizar que o caso em análise não contempla o estupro como mero subproduto da guerra, mas sim como um objetivo intencional de destruir uma parcela da população ruandesa – construída como uma ameaça à pureza e unidade do Eu, que leva em consideração a dimensão de gênero – e como parte constituinte de uma política estatal. Esta prática leva em consideração a função social da mulher atrelada à reprodução e perpetuação da identidade da comunidade à qual pertence, calcadas em pressupostos e expectativas de gênero em uma sociedade patriarcal. É relevante destacar ainda que, ao contrário do conflito na Bósnia (1992-1995), a política da gravidez forçada<sup>105</sup> não foi adotada em Ruanda, visto que a relação com uma mulher Tutsi era altamente desencorajada e acreditava-se que as crianças atuariam na causa da FPR por serem metade Tutsi (Taylor, 1999; HRW, 1996; Des Forges, 1999). No entanto, ainda que não houvesse a adoção deliberada desta prática, fato é que muitas crianças nasceram destas perpetrções<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Para o uso da gravidez forçada no conflito da Bósnia ver Allen, 1996.

<sup>106</sup> O número de crianças nascidas das perpetrções é incerto. Acredita-se que o número varie entre 10.000 a 20.000 (Wax, 2004; Torgovnik, 2009), contudo, devido ao estigma associado a essa questão, muitas mulheres não admitem o fato de terem tido filhos dos perpetradores. Além disso, abortos e abandonos eram constantes, dificultando ainda mais a possibilidade de estimar o número das chamadas “children of bad memories”.

Argumentamos, nesta dissertação, que o uso sistemático e em larga escala do estupro contra as mulheres Tutsis se configurou como estratégia política do Estado ruandês de eliminar a população Tutsi. Nesse sentido, corroboramos do argumento de Mullins (2009) em classificar o estupro em massa, ocorrido no genocídio ruandês de 94, como um crime de Estado. Consoante Mullins (2009),

“a state crime is any action that violates international public law, and/or a states’ own domestic law when these actions are committed by individual actors acting for, or in their capacity as, an agent of the state, regardless of personal economical, political, and ideological interests” (p. 19).

Com base nesta definição, buscaremos evidenciar que a ocorrência do estupro não ocorreu de forma randômica e/ou desordenadamente, mas foi organizado, incitado e perpetrado pelo Estado ruandês.

A atrocidade da violência atrelada ao estupro é alarmante, entretanto, ao ser interpretado como fato comum em guerras, perpetua-se uma política de silêncio ao examinar os crimes de estupro perpetrados em conflitos identitários e as experiências das vítimas (Henry, 2011, p. 49).

A preocupação com a proteção das mulheres contra os crimes de violência sexual já estava presente na Convenção de Genebra de 1949 relativa à proteção de civis em tempos de guerra. A Convenção destaca no art. 27 que “women shall be especially protected against any attack on their honor, in particular against rape, enforced prostitution, or any form of indecent assault”. Apesar do reconhecimento do estupro em guerras, a referida Convenção não busca estabelecer os parâmetros para considerá-lo um crime de guerra. A constante ocorrência de estupros durante a Segunda Guerra Mundial também não foi suficiente para que os Tribunais de Nuremberg e Tóquio estabelecessem uma punição específica para estas violações<sup>107</sup>, deixando-as para segundo plano. Segundo Nicola Henry (2011),

---

<sup>107</sup> Conforme destaca o relatório da HRW: “(...) The Control Council for Germany enacted Control Council Law number 10 as a basis of establishing a uniform legal basis for the prosecution of war criminals in Germany. In the second set of Nuremberg war criminal trials, conducted under the authority of Control Council Law number 10, and in Article 6(c) of the Nuremberg Charter, rape was specifically enumerated as a crime against humanity, although rape was not prosecuted at any of these trials” (HRW, 1996, p. 20).

“The purpose of these tribunals was criminal responsibility and not the victim rehabilitation. Moreover, women’s experiences of sexual violence were treated as peripheral not only to the main defendants, but also to the war in general. When rape was mentioned at both trials, it was often used as an instrument to highlight the heroism of one side, pitted against the barbarity of the enemy. The metaphor of the ‘raped nation’ during the Nuremberg trial for example was used to describe the invasion of European nations and cities (...). In a similar vein, the rape of women was also raised to expound the gallantry of armed forces” (p. 41).

Embora seja uma prática recorrente, apenas recentemente o estupro foi estabelecido como um crime de guerra, crime contra a humanidade e crime de genocídio. O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional define a violência sexual como crime de guerra no art. 8, ¶ 2 (b) (xxii), destacando que “Committing rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, as defined in article 7, paragraph 2 (f), enforced sterilization, or any other form of sexual violence also constituting a grave breach of the Geneva Conventions”. Além disso, o estupro e outras formas de violência sexual também podem ser considerados crimes contra a humanidade pelo art. 7, ¶ 1 (g) que destaca:

“For the purpose of this Statute, ‘crime against humanity’ means any of the following acts when committed as part of a widespread or systematic attack directed against any civilian population, with knowledge of the attack: (...) (g) Rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, enforced sterilization, or any other form of sexual violence of comparable gravity” (ICC, art. 7. ¶ 1 (g), 1998).

Apesar de claramente definido como crime de guerra e crime contra a humanidade, a violência sexual enquanto crime de genocídio não está nitidamente expressa na definição do referido Estatuto, uma vez que, conforme destacado abaixo,

“For the purpose of this Statute, ‘genocide’ means any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such: (a) Killing members of the group; (b) Causing serious bodily or mental harm to members of the group; (c) Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part; (d) Imposing measures intended to prevent births within the group; (e) Forcibly transferring children of the group to another group” (ICC, art. 6, 1998).

Note-se que o estupro ou atos de violência sexual não vigoram na definição legal de genocídio, ainda que tenham sido utilizados com a intenção de destruir as

mulheres Tutsis e sua comunidade. Cabe destacar ainda que esta definição de genocídio é incipiente e acaba por tratar os grupos descritos acima como homogêneos e claramente identificáveis, em uma suposição de que Tutsis e Hutus são grupos categoricamente distintos, desconsiderando a ampla gama de fluidez e complexidade presentes na formação de identidades em Ruanda.

Apesar destas deficiências, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) alargou seu entendimento quando do julgamento dos casos e reconheceu o estupro como crime de genocídio. Neste âmbito, o julgamento de Jean-Paul Akayesu, *bourgmestre* da comuna de Taba,<sup>108</sup> pelo TPIR é emblemático, visto que, pela primeira vez na história, um indivíduo foi acusado por cometer crime de genocídio, o estupro foi considerado crime contra a humanidade e, mais significativamente, crime de genocídio<sup>109</sup> (Henry, 2011, p. 92; Farwell, 2004). Conforme destacado no julgamento de Akayesu,

“(…) With regard, particularly, to the acts described in paragraphs 12(A) and 12(B) of the Indictment, that is, *rape and sexual violence*, the Chamber wishes to underscore the fact that in its opinion, *they constitute genocide* in the same way as any other act as long as they were committed with the *specific intent to destroy, in whole or in part, a particular group, targeted as such* (...). In light of all the evidence before it, the Chamber is satisfied that the *acts of rape and sexual violence* described above, *were committed solely against Tutsi women*, many of whom were subjected to the worst public humiliation, mutilated, and raped several times, often in public (...). These rapes resulted in physical and psychological destruction of Tutsi women, their families and their communities. *Sexual violence was an integral part of the process of destruction, specifically targeting Tutsi women and specifically contributing to their destruction and to the destruction of the Tutsi group as a whole* (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶. 731, ênfases minhas).

Apesar dos avanços legais no que tange à classificação do estupro como crime de guerra, crime contra a humanidade e crime de genocídio, este enquadramento enquanto um ato de genocídio não foi amplamente adotado em todos os casos

<sup>108</sup> Bourgmestre é a autoridade política responsável pela comuna. Em Ruanda, o território está dividido em *prefectures*, que estão subdivididas em *communes* e, estas últimas em *secteurs*.

<sup>109</sup> O crime de genocídio é definido no art. 2 pela Convenção de 1948 sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio e esta definição é adotada pelo TPIR, afirmando que “any of the following acts committed with the intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such (a) Killing members of the group; (b) Causing serious bodily or mental harm to members of the group; (c) Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part; (d) Imposing measures intended to prevent births within the group; (e) Forcibly transferring children of the group to another group”. Disponível em: <<http://www.preventgenocide.org/law/convention/text.htm>>. Acesso em: 31 ago 2011.

subseqüentes ao de Akayesu, variando de acordo com o entendimento dos juízes presentes na Câmara de Julgamento. O caso de Mikaeli Muhimana (ICTR-95-1B), conselheiro do setor de Gishyita, por exemplo, “did not charge rape or any sexual crime as genocide. Consequently, the Judgment made no specific finding that the numerous rapes committed by Mr. Muhimana constituted genocide” (Chenault, 2008, p. 16).

Além disso, a definição de estupro adotada no caso Akayesu é relevante pois não faz uso da palavra consento.

“The Chamber defines rape as a physical invasion of a sexual nature, committed on a person under circumstances which are coercive. Sexual violence which includes rape, is considered to be any act of a sexual nature which is committed on a person under circumstances which are coercive” (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶ 598).

Assim, a ausência do consentimento da vítima não é um elemento a ser provado, ou mesmo considerado, em circunstâncias coercitivas; e a violência sexual pode abranger atos de natureza sexual que não envolvam a penetração dos órgãos sexuais ou mesmo o contato físico, como forçar alguém a despir-se ou fazer exercício nu (Chenault, 2008, p. 5). Outras definições de estupro também foram adotadas pelo ICTY e pelo ICTR, visando adequar as violências sexuais cometidas aos seus contextos e experiências e garantir a punição adequada aos perpetradores destes crimes. Nesse âmbito, no julgamento de Jean de Dieu Kamuhanda, ministro da cultura e educação, sob a influência dos casos julgados no âmbito do ICTY, adota-se a seguinte definição de estupro:

“The actus reus of the crime of rape in international law is constituted by: the sexual penetration, however slight: (a) of the vagina or anus of the victim by the penis of the perpetrator or any other object used by the perpetrator; or (b) of the mouth of the victim by the penis of the perpetrator; where such sexual penetration occurs without the consent of the victim. Consent for this purpose must be consent given voluntarily, as a result of the victim’s free will, assessed in the context of the surrounding circumstances. (...) Given the evolution of the law in this area, endorsed in the Furundžija/Kunarac approach by the ICTY Appeals Chamber, the Chamber finds the latter approach of persuasive authority and hereby adopts the definition as given in Kunarac and quoted above” (ICTR-99-54, Kamuhanda judgement, 2004, ¶707; ¶709).

Cumpra reconhecer que a lei internacional tem feito progressos acerca da punição pela utilização do estupro em conflitos. Neste contexto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 2008, a Resolução 1820, considerando o uso da violência sexual – quando utilizada como arma de guerra para atacar, deliberadamente, civis ou como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra populações civis – uma ameaça à paz e à segurança internacional. Dentre os pontos defendidos pela Resolução, destaca-se:

“1. (...) sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security; 4. (...) rape and other forms of sexual violence can constitute a war crime, a crime against humanity, or a constitutive act with respect to genocide” (United Nations Security Council, Res. 1820, 2008, ¶1; ¶4)<sup>110</sup>.

Ainda que o estupro perpetrado no conflito ruandês de 94 tenha sido reconhecido legalmente como crime de guerra, crime contra a humanidade e crime de genocídio, fato é que o número de pessoas julgadas, ou mesmo indiciadas – tanto em escopo internacional quanto nacional<sup>111</sup> –, por esses crimes é incipiente, dado que aproximadamente 250 a 500 mil mulheres<sup>112</sup> foram vítimas de violência sexual e que as perpetrções envolviam ampla parcela da população (United Nations, E/CN.4/1996/68, ¶ 16). Ao examinar os casos submetidos ao TPIR, observamos que a maioria dos julgados possuíam altos cargos executivos e foram responsáveis por articular, incitar e, por vezes, perpetrar atos de violência sexual contra as mulheres Tutsis.

Apesar disso, grande parcela da população envolvida em tais práticas não recebeu a punição adequada seja por falta de testemunhas, pela incapacidade de julgar

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/391/44/PDF/N0839144.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 29 ago 2011.

<sup>111</sup> Em âmbito nacional, aproximadamente, 30.000 pessoas envolvidas em atos genocidas estão sob custódia; a maioria continua vivendo nas comunidades em meio aos sobreviventes (Ngoga, Martin. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 02 ago 2011). Martin Ngoga é promotor geral de Ruanda.

<sup>112</sup> UN Special Rapporteur to the Commission on Human Rights, ‘Report on the Situation of Human Rights in Rwanda’, E/CN.4/1996/68, ¶ 16. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/ae2ff8ad005e2f6802566f30040a95a?Opendocument>>. Acesso em: 29 ago 2011.

todos os envolvidos ou pela ausência de infra-estrutura necessária para abrigar os culpados. Segundo Martin Ngoga, a estratégia dos perpetradores e articuladores do genocídio era justamente envolver o maior número de pessoas possível, clamando pela participação de toda população, assim, seria mais difícil punir todos os envolvidos e abriria a possibilidade de esquivar-se delas (Ngoga, M. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 02 ago 2011).

Rhonda Copelon (1995) elucida as diferenças entre o estupro e o estupro genocida. Segundo ela,

“Rape and genocide are each atrocities. Genocide is an effort to debilitate or destroy a people based on its identity as a people, while rape seeks to degrade and destroy a woman based on her identity as a woman. Both are grounded in total contempt for and dehumanization of the victim and both give rise to unspeakable brutalities” (Copelon, 1995, p. 199).

Ao categorizar estupro e genocídio como violências separadas, a autora busca enfatizar o estupro como uma violência contra a mulher e ressaltar que, mesmo em tempos de paz, o estupro pode ocorrer e deve ser levado em consideração. Segundo Copelon, a ênfase no estupro genocida faz com que a ocorrência do estupro “normal” se torne invisível (1995, p. 199). O esforço em tornar latente esta preocupação acaba por desconsiderar o estupro no contexto de um genocídio também como um ataque à identidade da mulher e não só à sua identidade enquanto pertencente à determinada comunidade étnica/nacional/religiosa. Por conseguinte, o estupro genocida pode combinar à identidade étnica determinados pressupostos e expectativas associados à identidade do sujeito mulher. No caso em análise, destacamos que a ocorrência do estupro contra as mulheres Tutsis combinava seu pertencimento à etnia Tutsi com o desvio de determinado padrão de comportamento associado à mulher ruandesa<sup>113</sup>.

Conforme destacamos no capítulo dois, o gênero é uma dimensão constitutiva da identidade, articulada a outras, que definem relacionalmente quem são os sujeitos, seus papéis sociais e, conseqüentemente, as formas de comportamento e as regras de adequação ao modelo construído como legítimo. Por conseguinte, a interseccionalidade – a combinação dos múltiplos e sobrepostos eixos (gênero, raça,

<sup>113</sup> Apesar de nosso foco residir sobre os estupros direcionados às mulheres Tutsis, destacamos que algumas mulheres Hutus também foram vítimas destas perseguições, pois possuíam alguma relação com Tutsis, como destacaremos na próxima seção.

classe, nacionalidade etc.) formadores da identidade – é fundamental na análise do estupro no caso ruandês, considerando a impossibilidade de ataque à identidade étnica/nacional/religiosa sem que se incorra, em um único e mesmo ato, em um ataque à identidade genderizada. Portanto, ao contrário de Copelon, não buscamos estabelecer diferenças neste âmbito, uma vez que não acreditamos na possibilidade de desvinculação da dimensão de gênero na constituição da identidade dos indivíduos.

Copelon ressalta ainda que

“Women are targets not only because they ‘belong to’ the enemy (...) they are targets because they too *are* the enemy; because of their *power* as women; because of hatred of their power including their sexual and reproductive powers; because men delight in the objectification and degradation of women” (Copelon, 1995, p. 206, ênfases no original).

Corroboramos o argumento da autora de que as mulheres não sofrem violações apenas por “pertencerem” ao homem inimigo, mas por serem, elas mesmas, inimigas, reconhecendo-as como sujeitos. Contudo, a ênfase na dimensão de gênero ofusca a possibilidade de compreender o caso em análise como uma combinação da identidade do indivíduo enquanto mulher e pertencente à determinada identidade étnica/nacional/religiosa. Esta inter-relação faz-se necessária, uma vez que o estupro, no caso ruandês, não foi perpetrado contra todas as mulheres, mas especificamente contra as mulheres Tutsis, construídas no imaginário local como promíscuas, inatingíveis e superiores. Assim, a articulação da identidade Tutsi com a identidade do sujeito mulher e a dimensão constitutiva do discurso nestas intersecções fomentaram a utilização do estupro como um meio de marginalizar o Outro.

Além disso, também temos uma ressalva quando a autora afirma que os homens deleitam-se com a objetificação e degradação das mulheres. Ao tecer este argumento, Copelon generaliza tanto o termo ‘homens’ quanto ‘mulheres’, incorrendo em uma visão misoginista, na qual todos os homens sentiriam algum tipo de prazer ao degradarem (todas) as mulheres. Portanto, necessário se faz indicar que o argumento aqui avançado reconhece a estrutura patriarcal<sup>114</sup> e o androcentrismo

---

<sup>114</sup> É necessário destacar que o patriarcalismo não é um fator homogêneo e universal, portanto, reconhecemos a necessidade de analisar as formas específicas em que este pode se manifestar em cada caso especificamente e seu contexto histórico. Assim, o caso em análise refere-se, exclusivamente, ao comportamento esperado com relação às mulheres da sociedade ruandesa no contexto da utilização do

presentes nos discursos do caso em análise, contudo, não corroboramos o argumento de que haja necessariamente misoginia nestas práticas de exclusão das mulheres Tutsis.

Lene Hansen (2001) também contribui para a discussão acerca da prática do estupro e destaca que o estupro no contexto de guerra e o estupro em massa são tidos como diferentes de um estupro ‘normal’ no contexto de paz (p. 59). Enquanto o último se localiza na categoria de risco individual, como um problema que envolve a construção do sujeito feminino em termos sexuais; o primeiro é tido como um problema coletivo e, deste modo, o estupro ocorreria não como consequência de um comportamento imprudente ou provocativo, mas como uma questão de ameaça nacional (Idem). Consoante Hansen, neste caso, a mulher teria sido estuprada, primeiramente, devido à sua identidade étnica/nacional/religiosa e, posteriormente, seriam considerados seus atributos e comportamento sexuais.

Todavia, cabe destacar que, especificamente no caso em análise, o comportamento e os atributos sexuais das mulheres Tutsis foram muito relevantes na prática do estupro no contexto de guerra, já que eram exaltados, constantemente, antes e durante a perpetração. No entanto, não nos referimos aqui ao comportamento provocativo ou imprudente, como destaca Hansen (2001), mas à construção de um suposto comportamento atribuído à mulher Tutsi que estaria em discordância com o modelo comportamental ideal da mulher ruandesa, baseado na mulher Hutu. Como destacamos no capítulo anterior, as características genotípicas e fenotípicas das Tutsis eram ponderadas e o estupro simbolizava não só um ataque à identidade étnica, mas um ataque ao sujeito mulher constituído como imoral, promíscuo e ameaçador à identidade da ‘mulher ruandesa’, funcionando como um instrumento de controle social.

Por conseguinte, a escolha dicotômica da causa do estupro – se comportamental ou étnica/nacional/religiosa – não se sustenta neste caso, visto que ambos foram considerados e moldados discursivamente pelos perpetradores. Mais do que isso, o estupro deve ser entendido como uma prática produtora da identidade (Hansen, 2001, p. 60). De acordo com a autora, “(...) in a Foucaultian sense, the

---

estupro como prática discriminatória contra as mulheres Tutsis no genocídio ruandês de 1994.

productive power of rape is that it forms and reinforces national and gendered identity” (Idem). Nesse sentido, o estupro não é uma simples agressão à mulher e/ou à sua identidade étnica/nacional/religiosa, mas o próprio produtor desta identidade que está sendo construída; ele é, ao mesmo tempo, ato e efeito.

Disso decorre que a identidade genderizada deve ser entendida de forma performática, sempre em processo, constituída por meio de suas expressões e não tomada a-prioristicamente. Consoante Butler (2006), “(...) gender is always a doing, though not a doing by a subject who might be said to preexist the deed. (...) There is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the very ‘expressions’ that are said to be its results” (p. 34). Nesse sentido, o estupro não constitui um ataque ao corpo da mulher e/ou da nação previamente dados, mas é, em si, o próprio ato constitutivo que produz e reproduz as identidades, simultaneamente inscrevendo-as de modo a erradicá-las (Hansen, 2001, p. 60).

Na esteira desse argumento, a utilização desta prática discriminatória atribui status de inferioridade à identidade étnica/nacional-genderizada destes sujeitos. Assim, à comunidade Hutu é atribuída – com base na economia do discurso – uma identidade superior étnica e moralmente aceita para representar a ‘verdadeira e legítima’ identidade ruandesa. Com isso, o ataque à mulher Tutsi não configura apenas um ataque ao indivíduo, mas à comunidade Tutsi como um todo, incluindo os homens Tutsis, que, de acordo com o modelo patriarcal, não foram capazes de defender e/ou proteger suas mulheres. Neste contexto, o estupro pode ser interpretado enquanto um crime contra a honra, tradicionalmente referindo-se à castidade/virgindade. Disso decorre que a estrutura patriarcal reconhece a perda da dignidade e da honra da mulher e de sua função social na comunidade, incorrendo no esfacelamento da sociedade como um todo (Copelon, 1995, p. 201). Por conseguinte, a responsabilidade pela violação recai sobre a vítima e não sobre o perpetrador, relegando-a a marginalização, rejeitadas pela comunidade e por suas famílias.

## 4.2

### **A política do corpo: a violência sexual como estratégia de *statecraft***

No genocídio ruandês de 94, o estupro foi estrategicamente utilizado como instrumento da campanha genocida organizada pelos líderes Hutus no governo. Configurou-se como um mecanismo disciplinador da diferença e contribuiu para o esfacelamento da sociedade ruandesa. As mulheres, devido ao seu papel na reprodução de um projeto identitário nacional, se tornaram o principal alvo da estratégia de erradicar a população Tutsi.

A habilidade de destruir a comunidade torna o estupro um mecanismo importante na tentativa de excluir o Outro, que pode ser potencializada com a ocorrência de estupros em massa. Além disso, a perpetração em público e/ou frente aos membros da família contribui ainda mais para acirrar o estigma da violação, funcionando como catalisador no processo de rompimento da ligação desta com a comunidade na qual estava inserida.

De acordo com o relatório da Comissão de Direitos Humanos da ONU em Ruanda, submetido por René Degni-Ségui,

*“Rape was systematic and was used as a ‘weapon’ by the perpetrators of the massacres (...); rape was the rule and its absence the exception. (...) No account was taken of the person's age or condition. (...) Under-age children and elderly women were not spared (...) Pregnant women were not spared either. Women about to give birth or who had just given birth were also the victims of rape in the hospitals. Their situation was all the more alarming in that they were raped by members of the militias some of whom were AIDS virus carriers (...). Women who were ‘untouchable’ according to custom (e.g. nuns) were also involved and even corpses, in the case of women who were raped just after being killed. (...) The forms of rape similarly testify to their systematic nature. Two may be noted: gang rape and incest. The former, perhaps less common than individual incidents of rape, consisted in the victim being raped by several of her tormentors at one time. Many women who underwent this type of rape died as a result. The cases of incest are still more revealing of the systematic and abominable nature of the rape: direct relatives, or blood relatives, were forced to have incestuous intercourse. According to reliable testimony, militiamen forced fathers or sons to have sexual relations with their own daughters or mothers and vice versa. In addition to these atrocities the women were subjected to various brutalities which generally caused their death. Some were sexually humiliated: they were stripped and/or slashed and exposed to public mockery. Others had pieces of trees branches pushed into their vagina. Even more had their external genitals, their buttocks and their breasts cut off. (United Nations, E/CN.4/1996/68, ¶16-18<sup>115</sup>, ênfases minhas).*

A brutalidade das violações descritas acima é fruto do discurso internalizado de que os Tutsis representavam uma ameaça à comunidade Hutu. As perpetrações de

<sup>115</sup> Disponível em:

<<http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/aee2ff8ad005e2f6802566f30040a95a?Opendocument>>. Acesso em: 29 ago 2011.

violência sexual eram parte integrante do processo de ‘desumanização’ e eliminação dos Tutsis e foram estimuladas por líderes do governo em todos os setores da sociedade ruandesa, incluindo as prefeituras, comunas e setores.

Durante as perpetrções a recorrência aos mitos e narrativas históricas era constante, articulando um discurso de ameaça que possibilitava caracterizar os Tutsis como invasores estrangeiros (Taylor, 1999; Mamdani, 2001; HRW, 1996) e permitindo a mobilização do grupo Hutu – *rubanda nyamwinshi*, a massa popular – no ideal maior de proteger Ruanda por meio da utilização de práticas predatórias. Passam a ser veiculadas, em jornais e rádios, mensagens que se referem aos Tutsis como “eaters of our sweet”, invasores da Etiópia, baratas ou “weight upon our back” (Taylor, 1999, p. 139), comparando-os ainda às figuras míticas da tradição ruandesa. Como destaca Taylor,

“The Tutsi, (...) exert their malevolent influence on the social group not so much by what they do, than by inherent qualities which they supposedly embody. In that sense they approach ‘blocking beings’, the mythical nemeses of Rwandan tradition – the *agakeecuru*, *impenebre*, or *impa* and like these figures, they possess fearful powers. (...) They were obstructers of the cosmic unity of the nation as this was imagined by the Hutu extremist elite (...)” (Taylor, 1999, p. 140).

Na tentativa de ‘purificar’ a nação, os perpetradores não só matavam os Tutsis, mas transformavam seus corpos em sinais que encontravam ressonância na tradição ruandesa, utilizando palavras e expressões típicas do cotidiano como metonímicos da relação com os Tutsis. Em geral, os assassinatos eram referidos como ‘nosso trabalho’ – *akazi kacu* –, os Tutsis eram representados como ‘árvores altas’ ou ‘ervas daninhas’, em uma comparação com o trabalho na agricultura (Taylor, 1999, p.140-142). Estas narrativas e simbolismos foram combinados às construções de masculinidade e feminilidade e à identidade do grupo-alvo Tutsi, permitindo o uso de violações diferenciadas para homens e mulheres; enquanto as mulheres foram vítimas da violência sexual, os homens sofreram assassinatos. Entretanto, muitas mulheres também foram assassinadas, geralmente, após a violência sexual. Os relatórios “Shattered Lives” (HRW, 1996) e “Leave None to Tell the Story” (Des Forges, 1999)

apontam que no início do genocídio, as mulheres eram poupadas<sup>116</sup>. O referido relatório destaca: “In the past Rwandans had not usually killed women in conflicts and at the beginning of the genocide assailants often spared them” (Des Forges, 1999, p. 227); por isso, muitas utilizavam roupas femininas em seus filhos para que pudessem salvá-los (Jones, 2004, p. 109; Biroli, Innocent<sup>117</sup>. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011).

Esta diferenciação das violações está amplamente informada por pressupostos e expectativas de gênero. Os homens Tutsis, inseridos e socializados em uma lógica militarista, eram vistos como atuantes na causa da FPR e, por esse motivo, deveriam ser assassinados, eliminando a possibilidade de aumentar o contingente do exército inimigo. As mulheres Tutsis, associadas ao papel de reprodutoras da identidade, foram violentadas sexualmente, em uma tentativa de destruir o laço com a comunidade.

Além disso, o mito da superioridade da mulher Tutsi, construída no imaginário local como inatingível e sexualmente mais atraente, encorajou os homens Hutus a cometerem o estupro como um ato de revanche contra estas mulheres que, no passado, eram inacessíveis, enfatizando sua impotência e inferioridade diante de tal violação (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 381; HRW, 1996, p. 12-14). Conforme aponta o relatório da HRW,

“Most of the women interviewed described how their rapists mentioned their ethnicity before or during the rape. Rape survivors recounted comments such as: ‘We want to see how sweet Tutsi women are’; or ‘You Tutsi women think that you are too good for us’; or ‘We want to see if a Tutsi woman is like a Hutu woman’; or ‘If there were peace, you would never accept me’. When asked why rape was so widespread, one Rwandan woman who works with a nongovernmental organization in Kigali said, ‘Hutu men wanted to know Tutsi women, to have sex with them. Tutsi women were supposed to be special sexually’<sup>118</sup>” (HRW, 1996, p. 13-14).

<sup>116</sup> Nas palavras de Baines: “Women and girls were ‘spared’ until the final stages of the genocide, initially on the ground that they posed no threat (...). But by mid-May, after most men and boys had been killed, national organizers of the genocide argued that it was necessary to kill women and girls too, based on the idea that Tutsi women reproduced the alien other” (Baines, 2003, p. 487).

<sup>117</sup> Innocent Biroli trabalha na organização Ineza (organização não-governamental de apoio às mulheres vítimas do genocídio) em Remera, Kigali, Ruanda.

<sup>118</sup> Biroli também ressalta este mesmo aspecto: o desejo dos homens Hutus de ‘provar’ como as mulheres Tutsis seriam sexualmente, já que sempre foram inacessíveis a eles (Biroli, I. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011).

Construídas como sedutoras e atraentes, as mulheres Tutsis eram tidas como espiãs da FPR, com o objetivo sórdido de seduzir os homens e dominar o governo Hutu. De acordo com o Kangura, “[t]he Inkotanyi, (a word used to refer to the RPF meaning ‘fierce fighter’ in Kinyarwanda), will not hesitate to transform their sisters, wives and mothers into pistols to conquer Rwanda” (HRW, 1996, p. 13). Este mesmo jornal publicou os ‘10 mandamentos Hutus’, 4 deles abordavam especificamente as mulheres Tutsis.

Dentre as principais violações, destacamos os estupros individuais ou em gangues, estupros com o uso de objetos, mutilação sexual, escravidão sexual e a nudez forçada. Segundo o relatório da HRW de 1996,

“These crimes were inflicted upon women after they had witnessed the torture and killings of their relatives, and the destruction and looting of their homes. Some women were forced to kill their own children before or after being raped. Women were raped or gang-raped repeatedly as they fled from place to place. Other were held prisoner in houses specifically for the purpose of rape for periods ranging from a few days to the duration of the genocide. Pregnant women or women who had just given birth were not spared, and these rapes often caused hemorrhaging and other medical complications which resulted in their deaths” (HRW, 1996, p. 23).

Por se tratar de uma relação sexual fora do casamento e com finalidade não-procriativa, o estupro e outras formas de violência sexual são vistos como imorais pela sociedade ruandesa, contribuindo para marginalizar ainda mais a vítima dessas práticas. Em geral, os perpetradores conduziam tais atos na frente de parentes, amigos e vizinhos, visando destruir a ligação da vítima com sua comunidade. Métodos ‘não convencionais’ eram utilizados durante a violência sexual, como o uso de objetos pontiagudos nos genitais, sexo oral e a ‘objetificação’ das mulheres, sendo tratadas como prostitutas, acirrando ainda mais o processo de ‘desumanização’ da mulher. Por esse motivo, muitas usam eufemismos para descrever o que ocorreu devido à estrutura patriarcal. É comum as mulheres dizerem “He took me as his wife”, referindo-se à servidão sexual prestada aos perpetradores (HRW, 1996, p. 2; Josette<sup>119</sup>. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves, Kigali, 01 ago 2011).

---

<sup>119</sup> Mulher vítima de estupro em entrevista concedida em 01 de agosto de 2011. Nome modificado para preservar o anonimato.

Mukamana e Brysiewicz (2008) destacam o depoimento de uma mulher que foi estuprada por adolescentes na frente dos membros de sua comunidade e família.

“I refused to have sex with children. Then I was put on the floor and immobilized by a militiaman in order to allow those children to rape me....With the experience of rape I lost my value, my dignity as a mother and a woman....It is terrible to be raped. It is worse to be raped by the kids who were supposed to respect you” (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 381).

A passagem acima denota o trauma e a experiência de sofrer a violação com a comunidade como espectadora, facilitando o processo de marginalização da vítima e seu isolamento social.

O estupro também ocasiona a perda da identidade – não só conectada ao rompimento do laço com a comunidade, mas no que tange à identidade do sujeito enquanto menina ou mulher –, conectada à perda da virgindade. Na sociedade ruandesa, esta transição sexual é concluída com o casamento, assim, a partir daquele momento, uma menina se torna uma mulher. Para as meninas ruandesas, essa transição é muito importante e a posterior classificação como ‘mulheres’ é uma forma de identidade que deve ser celebrada. Todavia, a perda da virgindade por meio do estupro confronta as vítimas com o problema do pertencimento, uma vez que não são mais meninas, devido ao ato sexual, tampouco mulheres, pois não se casaram (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 381).

“The experience of being raped had changed my life. Because I didn’t feel as a girl because I am not a virgin but I am not a woman either because I have no husband and I know no one will agree to marry a girl who is not a [virgin]....With rape I lost my identity as a girl. When a friend of mine invites me to a party I can’t go....I don’t know if when I go I have to be with the girls or with the women” (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 382).

Para evitar este tipo de constrangimento e fugir do estigma social, muitas mulheres escondem suas experiências como vítimas de estupro, mentindo para a família ou mudando da comunidade a que pertenciam para outra área onde não podem ser reconhecidas (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 382). Além disso, ainda têm que lidar com o fato de terem contraído o vírus da AIDS durante as perseguições<sup>120</sup> e com os filhos que nasceram da relação perpetrador-perpetrada.

<sup>120</sup> Muitas vezes os estupradores portadores do vírus da AIDS, intencionalmente, contaminavam as

A passagem abaixo reflete a situação de uma vítima que teme o futuro de sua filha, pois sua família não a aceita como membro devido à criança ter sido gerada durante as perseguições.

“I am wondering who will bring her up after my death. My aunt who survived the genocide doesn’t like my child as I do. She said that it will be an eternal torture to bring up an Interahamwe’s child as she will remind her how the Interahamwe have decimated our family” (Mukamana; Brysiewicz, 2008, p. 382).

A situação destas vítimas ainda é agravada pelo fato de não terem acesso aos medicamentos necessários, pela dificuldade de sustentar a casa e os membros da família sozinhas, visto que muitas se tornaram viúvas e perderam os patriarcas da família, e não têm direito à herança por serem mulheres<sup>121</sup>, sendo portanto, relegadas ao ostracismo social.

A experiência do estupro assola a vida das vítimas não só perante a comunidade, mas elas mesmas também se consideram imorais, sujas ou prostitutas por terem sido estupradas, carregando a vergonha e a culpa pela perpetração (Diken; Laustsen, 2005). A perda da dignidade e do controle sobre seu próprio corpo são indicativos da falha em preservar a honra da comunidade e, com isso em consideração, os líderes Hutus no governo perpetraram a prática do estupro e da violência sexual como uma medida de destruir o grupo Tutsi em sua totalidade. Em uma sociedade em que o papel da mulher é avaliado por sua responsabilidade enquanto esposa e mãe, a ocorrência do estupro pode caracterizar a expulsão da comunidade.

Consoante Shanks e Schull (2000),

---

vítimas, contribuindo para ampliar o sofrimento e destruir o grupo como um todo (Sharlach, 1999; Bijleveld; Morssinkhof; Smeulers, 2009).

<sup>121</sup>Em Ruanda, tradicionalmente, a mulher apenas possuía direito sobre a propriedade após um casamento legalmente reconhecido e, no caso de morte do marido, ela deveria se responsabilizar pela propriedade até que o filho homem pudesse assumi-la. Caso não houvesse filhos, ela retornaria à propriedade de sua família ou se casaria com o parente do marido – geralmente irmão – para que a propriedade continuasse com aquela família e os filhos desta relação são considerados filhos do ex-marido (Burnet, 2001). Disponível em: <http://www.law.emory.edu/wandl/WAI-studies/rwanda.htm>. Acesso em 22 jul 2011.

Contudo, a lei que trata dos regimes matrimoniais, liberações e sucessões (12/11/1999 Lei N° 22/99), conhecida popularmente como a lei de herança de 1999, concede direitos às mulheres de possuir propriedade, controlar os recursos financeiros, receber doações e sucessões entre outros. Disponível em: [http://www.amategeko.net/display\\_rubrique.php?ActDo=ShowArt&Information\\_ID=678&Parent\\_ID=3068178&type=public&Langue\\_ID=An&rubID=3068181#3068181](http://www.amategeko.net/display_rubrique.php?ActDo=ShowArt&Information_ID=678&Parent_ID=3068178&type=public&Langue_ID=An&rubID=3068181#3068181). Acesso em: 22 jul 2011.

“The effectiveness of rape as a strategy, or weapon, of war relies on the pervasive cultural norms that value women’s sexual virtue. It is this perception of public ownership of women’s sexuality that makes it possible to translate an attack against one woman into an attack against an entire community or ethnic group. The impact is multiplied when the woman becomes pregnant; the attack is then passed on to the next generation<sup>122</sup>” (Shanks e Schull, 2000, p.1153).

Apesar de o estupro ter sido perpetrado em larga escala contra mulheres Tutsis, algumas mulheres Hutus também foram vítimas destas práticas predatórias, não devido à discriminação baseada no gênero ou na etnia, mas por sua relação com Tutsis. Muitas eram casadas ou possuíam afinidade com Tutsis, desse modo, também faziam parte do grupo que deveria ser exterminado. Qualquer indivíduo que não apoiasse a construção de uma nação pura e homogênea Hutu era considerado um dissidente e deveria ser punido. A passagem a seguir ressalta a violência sexual vivida por uma mulher Hutu.

“Even though I was Hutu, I was in the same situation as Tutsi because my husband was Tutsi. (...) I saw babies crying for their mothers who were already dead, and women who were bleeding to death and asking for water to drink. I heard very traumatizing screams, and I could not stay any longer waiting for my hour to come. I ran, with my baby in my arms, and hid in some bushes (...). An Interahamwe found us, slapped my son and beat me on the shoulder with a nailed club. (...) I managed to run (...) to the house of my sister-in-law, who was married to a Hutu. (...) She could only hide me for one week, because her husband was worried about having a Tutsi baby in his house. (...) I wandered from bush to bush (...) the first Interahamwe I encountered approached me with a spear and told me he could either rape me or kill me. He raped me. (...) I encountered another Interahamwe. He asked (...) whether I could point to other other bushes where Tutsi were hiding. I refused. (...) He raped me, as well. Two days after the second rape, I met another Interahamwe. I begged him to show me the way to Ruhashya, where I was born. (...) That Interahamwe said he would show me the way to Ruhashya only after raping me. (...) I was four months pregnant by that time, but they didn’t care. My two-year-old son saw all that happened to his mother” (De Brouwer; Ka Hon Chu; Muscati. 2009, p. 79-81).

---

<sup>122</sup> Estima-se que após o genocídio ruandês de 94, aproximadamente 10000 crianças nasceram como resultado dos estupros perpetrados no período do genocídio (Wax, 2004) Disponível em:< <http://www.genocidewatch.org/RwandanAreStrugglingToLovChildreno%20Hate.htm>> Acesso em: 22 jul de 2011. Estas crianças ficaram conhecidas como *enfants mauvais souvenir* ou *children of bad memories*. Muitas mulheres tiveram dificuldades em criá-las e houve relatos de abandono e infanticídio. (UNHCR, 1997). Disponível em: [http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3eb78b3e4&query= The state of the world’s refugees: a humanitarian agenda chapter 4](http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3eb78b3e4&query=The%20state%20of%20the%20world%20s%20refugees%3A%20a%20humanitarian%20agenda%20chapter%204). Acesso em: 22 jul 2011.

Nota-se que as perpetrções não consideravam apenas o pertencimento à etnia, mas o comportamento e a relação com determinado grupo construído como ameaçador. No julgamento de Jean-Paul Akayesu, outra mulher, que se considera Hutu, descreve que também foi vítima de violência e apanhava constantemente da polícia e da Interahamwe. Segundo o depoimento, após o assassinato de seu marido Tutsi pela Interahamwe,

“Witness KK later went to the Accused and asked him for an attestation to help her keep her children alive. She said he replied that it was not he who had made them be born Tutsi and that ‘when rats are killed you don’t spare rats that are still in the form of fetus’. Witness KK testified that she had been pregnant and miscarried after being beaten by police and Interahamwe. Of her nine children, only two survived the events of this period” (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶ 428).

O acusado da passagem acima é Jean-Paul Akayesu, *bourgmestre* da comuna de Taba. As testemunhas de acusação apontam que ele tinha conhecimento sobre os estupros e que incitava membros da Interahamwe a cometer tais violações. Conforme ressaltado no julgamento,

“Witness KK testified regarding an incident in which the Accused told the Interahamwe to undress a young girl named Chantal, whom he knew to be a gymnast, so that she could do gymnastics naked. The Accused told Chantal, who said she was Hutu, that she must be a Tutsi because he knew her father to be a Tutsi. As Chantal was forced to march around naked in front of many people, Witness KK testified that the Accused was laughing and happy with this. Afterwards, she said he told the Interahamwes to take her away and said ‘you should first of all make sure that you sleep with this girl’” (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶ 429).

No entanto, Akayesu nega a acusação de ter conhecimento sobre tais atos perante o Tribunal e frisa que seria incapaz de cometer tamanha crueldade, em uma tentativa de esquivar-se da culpa. No depoimento,

“(…) the Accused recalled the allegation that he had forced a young girl, Chantal, to march naked. He said he did not know her and that it never took place. He said he would not do something like that. He referred to the account of a woman raped with a wooden stick as ‘savagery’, questioning how a woman could witness such a thing. (...) the Accused stated that he did hear about rapes in Kigali but only after he was out of the country. (...) The Accused acknowledged that it was possible that rape might have taken place in the commune of Taba, but he insisted that no rape took place at the bureau communal. He said he first learned of the rape allegations in Taba at the Chamber and maintained that the charges were an ‘invented accusation’” (ICTR-96-4, Akayesu judgement, 1998, ¶447-448).

Outro caso julgado pelo TPIR acerca do uso da violência sexual durante o genocídio ruandês foi o de Juvenal Kajelijeli, *bourgmestre* da comuna de Munkingo, no qual testemunhas descrevem como o acusado estimulava as massas a cometerem violência sexual contra as mulheres Tutsis, utilizando eufemismos para referir-se ao extermínio dos Tutsis. Cumpre salientar que os simbolismos já analisados no capítulo três estão presentes nas narrativas das testemunhas, corroborando o argumento aqui desenvolvido de que os referenciais simbólicos eram parte constitutiva do processo de marginalização das mulheres Tutsis.

“Witness GDO testified that she saw the Accused in a red Toyota pick-up early on the morning of 7 April 1994. (...) The Witness testified that the Accused told the Interahamwe: ‘it was necessary to look for the Tutsi women, rape them and kill them’. The Witness was taking refuge near a bamboo forest with her three children, including a 15 year-old handicapped daughter. (...) the witness testified that the Accused ordered the Interahamwe to rape Tutsi women, ‘that [the Accused] had to separate the good grain from the bad one’ (...) Witness GDO testified that the Interahamwe began searching the forest for Tutsis and found her daughter, whom they threw to the ground, undressed and raped. The Witness was unable to count the number of members of the Interahamwe raping her daughter. While hiding, the Witness could see the Accused in his vehicle with the remaining Interahamwe. The Interahamwe searching the forest then saw the Witness and the baby she was carrying on her back. The Interahamwe put the baby on the ground and stripped and beat the Witness until she lost consciousness. (...) When the Witness regained consciousness, she saw her raped daughter dead, with her mouth open and her legs apart. Another child, soaked in the blood from her raped daughter’s vagina, was screaming next to the dead body” (ICTR-98-44A, Kajelijeli judgement, 2003, ¶ 637-638, ênfases minhas).

Ainda no julgamento de Kajelijeli, outra testemunha alega ter sido estuprada em gangues<sup>123</sup>. Note-se que enquanto alguns estupradores manifestam a vontade de “provar” a mulher Tutsi, outros não querem estuprá-la justamente por ser uma Tutsi. Como destacado na passagem a seguir,

“Some Interahamwe came to the place where the Witness and her sister were hiding. The Interahamwe first attacked the Witness’s sister. Four Interahamwe then came to the Witness and undressed her. The Witness protested and the Interahamwe threw her to the ground. Before raping the Witness, the first Interahamwe said, ‘Allow me to have sex with a Tutsi woman to taste her’. While this individual raped the Witness, the others held her down, watched and mocked her. Two others then raped her (...). Witness GDF testified that the fourth Interahamwe looked at her sexual organ and said, ‘I cannot fall on a Tutsi’, after which he threw a cigarette stub in her sexual organ and kicked the Witness” (ICTR-98-44A, Kajelijeli judgement, 2003, ¶ 662-663, ênfases minhas).

<sup>123</sup> Ainda que algumas testemunhas tenham alegado que Kajelijeli tenha incitado as massas a cometerem violência sexual contra as mulheres Tutsis, o tribunal não o considerou culpado pelo crime de estupro ou por outros atos inumanos relativos à violência sexual.

Esta passagem destaca que a violência sexual não foi perpetrada por todos os Hutus. Além daqueles que não quiseram se envolver em tais atos por condenarem este tipo de violação, até mesmo alguns perpetradores Hutus que presenciaram atos de violência sexual optaram por não participar devido à total internalização do discurso das mulheres Tutsis como inimigas, demonstrando repúdio a sequer estabelecer qualquer tipo de relação sexual com estas, ainda que fosse uma forma de marginalização.

Vale ressaltar ainda que nem todos os líderes do genocídio eram figuras do governo, Alfred Musema também participou ativamente das perpetrações de violência sexual e, no entanto, era apenas diretor de uma fábrica de chá em Kibuye, comprovando o amplo envolvimento da população. No julgamento de Musema, uma testemunha destaca como o acusado ensinava os outros perpetradores a cometerem estupros:

“(...) she first saw Musema on 13 May, *leading the attackers* (...). He was with about thirty young men, many Interahamwe wearing red shirts and white shorts and armed with clubs, sticks and machetes. Witness J testified that she was with five other Tutsi women and that when they saw Musema they ran and hid in a bush (...) *Musema told his men to run after them, and they were caught. She said Musema told the men that he was going to take one of the women and rape her and that they should follow his example and do the same thing. The assailants followed the instructions. Witness J heard Musema tell them in Kinyarwanda ‘What I do, you will imitate after me’. Musema also told the youths to take the Tutsi women and to check and note their constitution, which the witness understood to mean they were to be raped.* (...) According to Witness J, Musema then raped one of the women, a Tutsi woman who was 25 years old and eight months pregnant. (...) After raping her, he put on his clothes, got up and killed her, stabbing her with the knife attached to his gun between the neck and the shoulder. (...) Witness J testified that the killing gave the men with Musema the courage to kill the other women. The other five women, including Witness J and her daughter, were then raped. *After raping them, the men stuck sharpened sticks into their private parts.* The witness said that she was raped last because the others were much younger than she was and she was considered as an old woman. She said the other women were still alive when the sticks were inserted into them and that they were screaming, and she clarified that they were killed with the sticks. Those who did not die were finished off with clubs or machetes” (ICTR-96-13, Musema judgement, 2000, ¶ 833-835, ênfases minhas).

Ainda que a maioria das vítimas tenham sido mulheres Tutsis, ressaltamos que o processo de feminização não necessariamente corresponde à vitimização de mulheres; um homem também pode ser feminizado, uma vez que este processo está

associado à naturalização e reificação da vítima com o sujeito feminino, baseada em construções genderizadas hierárquicas. Como aponta Skjelsbaek (2001),

“The perpetrator, and his (potentially also her) ethnic/religious/political identity become masculinized, while the victim’s ethnic/religious/political identity becomes feminized. Further, the masculinized and feminized identities are situated in an hierarquical power relationship, where masculinized identities are ascribed power and feminized identities are not” (p. 226).

Este processo de feminização do homem pode ser exemplificado com o caso de Faustin Kayihura, um Tutsi vítima de violência sexual por uma mulher Hutu, desmitificando a associação natural da mulher com a paz. Faustin relata sua experiência abaixo:

“I don’t know of any other men who experienced sexual violence during the genocide, but I know they wouldn’t talk about it if they had. It was a very difficult experience and not all men are brave enough to talk about it. *It is considered shameful to be raped by a woman.* (...) In 1994 I was only thirteen years old. (...) The genocide started later in our region, because the prefect was Tutsi, and he was able to delay the killings, until he was killed himself. (...) Some Tutsi were killed close to me, but the Interahamwe did not see me. At night, as soon as the Interahamwe militia weren’t looking, I would change my hiding place, hoping this would prevent them from finding me. After about a week, a Hutu woman found me and took me to her house. The woman locked me in her house. *I was only thirteen, and the horrors experienced in her house were more than I could endure. She forced me to have sex with her. She raped me three times a day for three days.* She made me lie on the floor, and because I did not have any experience with sex, she instructed me on how to do it. *She would stroke my penis up and down with her hands first. Because I was still young, I had a hard penis fairly quickly, and then she would force my penis into her vagina.* Sometimes she forced me to go on top of her, and sometimes she went on top of me. She was much stronger than I was, and since I was afraid, I did everything she told me to do. *She also threatened me, saying that she would call the Interahamwe if I did not cooperate and that they would surely kill me.* (...) It seems unbelievable, but it is true. I don’t have the words to describe what I was living in those days, but I know that I don’t wish it for anyone else, not even my worst enemy. I cried and screamed the entire time. I felt empty. I did not feel anything: no pain, no fear, nothing” (De Brouwer; Ka Hon Chu; Muscati, 2009, p. 91-94, ênfases minhas).

Cumpramos ressaltar que muitos homens também foram vítimas indiretas deste processo de marginalização do Outro, sendo coagidos a participar, como agentes ou observadores, da perpetração das mulheres. Dentre estes casos, destacamos o depoimento de uma vítima que foi estuprada na frente de seu pai, em uma tentativa de os perpetradores demonstrarem o poder frente ao inimigo que teria sido incapaz de proteger ‘suas mulheres’. Segundo ela,

“(...) When they saw me in the bush, the militia laughed loudly and shouted a phrase that I will never forget: *Akanyu karashobotse*, meaning ‘your last day has come’. I was pushed to the ground and gang-raped by three of them right there and then. (...) on my way to my uncle’s house, I was caught by another group of *Iterahamwe* militia. They detained me, and the leader of the group (...) ordered me to strip my clothes off so that he could ‘*see what Tutsi sex looked like*’. (...) As I started to undress, he hit me on the head with a stone and hit my back with a club. He grew impatient with me and started to tear off my clothes himself. He pushed me into a ditch and raped me in front of his friends (...). Many other Hutu, who were my neighbors, were also watching. (...) While Damascene raped me, *one of the Interahamwe decided to call my father and force him to see what was happening to me. When my father came, he begged the Interahamwe to kill him instead of raping me, but they wouldn’t*. He ran back to his house, screaming in agony. When Damascene finished raping me, *he offered me to the two youngest males in the group, who were young enough to be my children. They were both ordered to rape me. While they did, I felt like I was already dead*” (De Brouwer; Ka Hon Chu; Muscati, 2009, p. 58; 60, ênfases minhas).

A associação da mulher com o papel de vítima é constante. Porém, cabe destacar que não se pode tomar como dado esta construção social genderizada, visto que, como já demonstramos, algumas mulheres se envolveram na campanha genocida e também cometeram diversos crimes. O caso mais emblemático talvez seja o de Pauline Nyiramasuhuko, ministra da família e dos assuntos da mulher na época do genocídio, que incitava as massas Hutus, incluindo seu filho, Shalom, a estuprarem mulheres, conforme destacado na passagem abaixo:

“Witness TA testified that she saw Nyiramasuhuko during one night in mid-May 1994. Nyiramasuhuko was accompanied by 10 *Interahamwe*, including her son, Shalom. (...) Witness TA provided substantial detail regarding the events of the rape. She stated that Shalom moved through the refugees cutting and slashing people with his machete. She said that when Shalom got to where she was, he took her by the hand and hit her with his machete on the arm and hand (...). Shalom removed Witness TA’s clothes saying he would kill her if she refused. He removed her underwear, laid her on the ground and raped her. Then he invited some eight other *Interahamwe* to rape her, including one named Ngoma. (...) One of the *Interahamwe* that raped her put his machete on her leg, telling her that if she moved he would kill her” (ICTR-97-21, Nyiramasuhuko judgement, 2011, ¶ 2628; ¶ 2631).

Outra testemunha descreve como Nyiramasuhuko estava envolvida nos estupros das mulheres Tutsis, incitando os homens Hutus por meio da reafirmação do mito de que as Tutsis sempre foram inatingíveis e superiores e que seria o momento adequado para revidar. Segundo testemunhas,

“While Nyiramasuhuko stood by the door of the car, she told the *Interahamwe* and soldiers who were carrying weapons to ‘*start from one side and take the young girls and women and*

*go and rape them because they refused to marry you'. Witness SS said that Nyiramasuhuko was in charge of the attacks committed against Tutsi refugees at the BPO<sup>124</sup>. After Nyiramasuhuko spoke, the Interahamwe and soldiers got out of the vehicle and raped Tutsi women. (...) She said Nyiramasuhuko was the 'prime minister who was in charge of gender issues'. (...) Witness QBP testified during the night in which she observed the rape of Immaculée Mukagatare, 'Nyiramasuhuko told the soldiers and Interahamwe that there's still a lot of dirt at the préfecture, such as these Tutsi women, who previously were arrogant and did not want to marry Hutu men. Now it's up to you to do whatever you want with them'" (ICTR-97-21, Nyiramasuhuko judgement, 2011, ¶ 2688; ¶ 2689; ¶ 2764, ênfases minhas).*

Com base nos testemunhos analisados acima, observamos que a identidade da mulher Tutsi, combinada aos pressupostos e expectativas de gênero e à sua construção no imaginário local por meio do resgate de mitos, legitimou o uso da violência sexual contra elas. Além disso, desmitificamos a associação direta da mulher com a paz e o paradigma mulher-vítima versus homem-perpetrador, calcados em pressupostos genderizados. Ainda neste tocante, demonstramos que a lógica militarista destes enquanto guerreiros justos e defensores da nação também está permeada por pressupostos associados à masculinidade hegemônica, que desconsidera a possibilidade de estes serem vítimas diretas e/ou indiretas de violência sexual sendo 'feminizados' pela dinâmica de gênero.

Além dos testemunhos das vítimas destacadas com base nos relatórios de agências internacionais, na pesquisa de outros autores e nos depoimentos das testemunhas nos julgamentos dos casos julgados pelo TPIR, cabe destacar a relevância da pesquisa de campo conduzida em Ruanda durante o período de julho – agosto de 2011. Nesse âmbito, ressaltamos que a extrema sensibilidade do tema, o curto período de tempo em campo e o estigma associado à violência sexual foram algumas das barreiras encontradas na condução da pesquisa. Somado a isso, há ainda o fato de que a categorização étnica é um assunto proibido por lei em Ruanda e, na condução das entrevistas, as classificações eram quase inevitáveis. Cumpre enfatizar que, devido a curta estadia em campo e a estigmatização que as mulheres perpetradas sofrem pelas violações, não foi possível realizar as entrevistas no primeiro dia de contato, conduzindo-as no terceiro, quando já havíamos desenvolvido maior grau de intimidade.

---

<sup>124</sup> Butare Prefecture Office

Dentre as cinco mulheres entrevistadas – três na Ineza<sup>125</sup> e duas na AVEGA (Association des Veuves du Genocide Agahozo) –, apenas as mulheres da Ineza consentiram verbalmente com o uso de seus testemunhos para fins desta pesquisa<sup>126</sup>. Ainda assim, seus nomes não serão divulgados, usaremos nomes fictícios, visando garantir o anonimato das vítimas e preservar suas memórias.

Na tentativa de fazer com que as experiências das mulheres fossem contadas por elas mesmas, evitou-se a interferência nas narrativas, recorrendo à lista de perguntas presentes no anexo I apenas quando estas não foram respondidas deliberadamente. Ademais, cabe ressaltar que as entrevistas foram concedidas individualmente, ainda que a cooperativa Ineza abrigue mais de 40 mulheres vítimas do genocídio<sup>127</sup>.

Josette, 37 anos, divide suas experiências, lembrando as marcas de um passado recente:

“Antes do genocídio eu era muito feliz porque estava com a minha família, apesar de todos os problemas que enfrentávamos – como a *dificuldade de ir à escola devido à discriminação contra os Tutsis* – a família sempre encontrava uma maneira de superar as dificuldades. Na época do genocídio eu tinha 20 anos. *Quase todos os meus familiares morreram, apenas alguns irmãos sobreviveram*. A vida após o genocídio tem sido muito difícil; *é uma experiência terrível ficar órfã e ter de encontrar uma maneira de sobreviver sozinha*. No entanto, estamos conseguindo reconstruir nossas vidas devagar; o governo é muito bom para nós. Alguns de nós até tiveram a chance de voltar para a escola e seguir com os estudos e isso é muito bom. *No primeiro dia do genocídio, os perpetradores chegaram à minha casa, pediram que saíssemos e atearam fogo em tudo*. Consegui fugir com alguns familiares para a igreja, mas eles levaram meu pai. Por volta das 10 da noite, consegui fugir para o Burundi. Após a ocupação da FPR, retornei à Ruanda e encontrei meus familiares. Em 97, me casei e tive três filhos, em 98, 2001 e 2003...(longa pausa) eu nunca contei nada a eles, eles são muito novos para entender, tenho medo de que eles queiram *revidar*. *Eu conheço muitos perpetradores...*o que eles fizeram não foi bom, *eu sei de muitas coisas que fizeram...*(longa pausa), mas não penso mais nisso” (Josette. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011, ênfases minhas).

Josette não mencionou nada com relação à violência sexual, relevante para a pesquisa em curso, então lhe perguntei:

<sup>125</sup> Ineza em Kinyarwanda significa “fazer algo bom” ou “algo muito bonito e bom”.

<sup>126</sup> A tradução foi feita por Innocent Biroli, diretor da Ineza.

<sup>127</sup> A cooperativa Ineza foi criada em 2004 como uma organização submetida à ONG americana We-Actx com o objetivo de ajudar as mulheres com problemas relacionados ao genocídio, o principal deles era fornecer medicamentos às que contraíram o vírus da AIDS. Inicialmente, arrecadavam dinheiro com as doações, entretanto, investiram em material para que pudessem fabricar bolsas, carteiras, bonecas de pano e vendê-los para a população, levantando fundos para o programa.

“F: Você sofreu algum tipo de violência sexual durante o genocídio?

J: *Sim.* (longa pausa) *Foram quatro pessoas* [Josette abaixa a cabeça lentamente]. *Conheço muitas mulheres que foram estupradas e depois algumas foram mortas.*

F: Você sabe qual era o propósito desses estupros, o objetivo?

J: Não, eu não sei.

F: Você possui o vírus HIV?

J: Sim. Muitas de nós contraíram o vírus durante as perseguições; eu também. No passado, eu ficava chorando muito e só pensava nisso, até que encontrei um(a) amigo(a)<sup>128</sup> que conhecia a organização e me indicou, agora sou muito feliz aqui na Ineza.

F: Você disse que conhece os perpetradores, certo? Você os perdoa?

J: *Eu já os perdoei.* Eles seguiam ordens e foram tão vítimas quanto nós. A chave para a paz em Ruanda é a reconciliação e acho que já alcançamos isso. No entanto, não perdô a ONU, eles têm uma imagem passaram uma imagem péssima, eu depusitei minha confiança neles, sabia que eles tinham capacidade para resolver a situação, mas nada fizeram...fiquei desapontada; eles sabiam que seres humanos estavam morrendo aqui. O que eu vi foi terrível, mas isso não vai acontecer de novo e hoje sou muito feliz” (Josette. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011, ênfases minhas).

Josette não relata, por vontade própria, ter sido vítima de violência sexual. Mesmo quando questionada sobre a perpetração, não entra em detalhes e apenas menciona que a violação ocorreu, abaixando a cabeça como se estivesse envergonhada do fato. Convém salientar que este comportamento está associado ao fato de que este tipo de violência não é bem aceito pela sociedade ruandesa e as vítimas acabam estigmatizadas pela comunidade, ocultando suas experiências.

Em seguida, Marie, 49 anos, relata um pouco da sua vida no pós-genocídio:

“Antes do genocídio eu era casada legalmente e tinha cinco filhos. Meu marido e um de meus filhos morreram durante o genocídio; fiquei apenas com quatro crianças, mas adotei dez, filhos de parentes, porque seus pais morreram. Eu trabalhava, construí minha própria casa. No genocídio ela foi queimada, foi muito difícil sobreviver. *Eles me estupraram e eu tinha acabado de ter um filho...seis dias antes. E depois eles me cortaram com machetes...eu ainda tenho algumas feridas. Toda a minha família morreu, na família do meu marido sobraram apenas quatro. Eu contraí o vírus da AIDS durante o genocídio,* eu já suspeitava que tivesse e resolvi testar em 99. Quando deu positivo fiquei desesperada, fui para a igreja rezar, eu não tinha alternativa... (longa pausa). Nunca contei isso para ninguém, não tinha ninguém para ouvir minhas histórias. *Eu pesava 80 kg e estava pesando apenas 40 kg nessa época. Eu não tinha comida, roupas ou casa, havia muitos órfãos...*(longa pausa) a vida era dura! Comecei a frequentar a AVEGA e, alguns dias depois, eu soube da Ineza, então resolvi vir para cá. Eu consegui um emprego, eu vou à igreja rezar para Deus, eu estou ganhando peso novamente, agora estou com 65 kg e estou muito feliz! [Marie abre um imenso sorriso] Tenho dois netos, eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer, estou conhecendo pessoas novas e isso é ótimo. *Muitas das minhas amigas morreram e muitas tiveram filhos dos perpetradores, elas não são felizes com as crianças e vice-versa.* Eu não pensava em me casar e decidi parar de ter filhos. *Tudo isso é efeito dos estupros...elas são muito infelizes, têm raiva das crianças...*(longa

<sup>128</sup> Como as traduções eram feitas para o inglês, não foi possível saber se “a friend” significava amiga ou amigo.

pausa) *é muito difícil você olhar para o rosto delas, não é possível cuidar de uma criança que é filha do perpetrador, não há possibilidade de ser feliz.* Eu penso na casa que eu perdi, que eles atearam fogo...isso tudo nos faz pensar no futuro, temos que ter fé no futuro. Às vezes, me sinto feliz. A reconciliação tem sido um problema, mas ir à igreja ajuda nesse processo. *Eu acredito que eles não estavam fazendo isso de coração, era um espírito demoníaco, eles seguiam ordens dos seus superiores. Alguns vieram aqui e me pediram perdão, encontro alguns deles pelas ruas, outros nunca me pediram perdão.* Estou muito feliz aqui, a organização nos colocou juntas, nós somos amigas, nos apoiamos nos tempos difíceis e dividimos nossas experiências, estou muito feliz por isso” (Marie. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011, ênfases minhas).

Apesar de Marie ter abordado os pontos mais relevantes para a pesquisa, optei por lhe fazer mais algumas perguntas.

“F: Então você perdoou os perpetradores?

M: *Sim, perdoei. O motivo pelo qual perdoei é porque não há outra opção. É por isso que muitos de nós conseguimos perdoar, não há outra saída.*

F: Josette mencionou sobre a ONU no depoimento dela; o que você acha do papel que a ONU desempenhou durante o genocídio?

M: Eles não vieram para nos resgatar, me deixaram sozinha, sem ninguém. Nunca me pediram perdão por isso e eu nunca os perdorei. Se você tem muita gente na sua família, isso é sinal de força, mas agora estou sozinha. É difícil ter AIDS...eu comecei a ficar muito confusa, muitas pessoas usavam drogas e álcool, mas temos que confiar em Deus; Deus ajuda sempre! Veja o meu exemplo, tudo é possível” (Marie. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011).

Interessante notar que tanto Josette quanto Marie mencionam que perdoaram o perpetrador, mas não a ONU. Segundo elas, ninguém da ONU nunca pediu perdão a elas e o descaso da organização é imperdoável, já os perpetradores pediram perdão. Além disso, as mulheres acreditam que eles estavam tomados por um espírito ruim e que apenas cumpriam ordens dos seus superiores, segundo Josette, “eles foram tão vítimas quanto nós”. Contudo, é difícil mensurar o quanto esta percepção está influenciada pelo discurso do governo de unidade e reconciliação, que parece estar bastante internalizado no imaginário local.

A última a conceder seu testemunho foi Bernadette, 49 anos:

“Eu era casada e tinha quatro filhos. Eu perdi um filho e meu marido no genocídio. Agora eu tenho apenas um filho, duas filhas e outras duas crianças que eu adotei depois do genocídio. *Na sexta série [na escola] eles começaram a dividir Hutus e Tutsis.* Ninguém falava sobre isso em casa, mas estava acontecendo na escola. A sexta série foi o máximo que eu consegui chegar, só os Hutus podiam ir além. No genocídio eu ouvi um grande barulho quando o avião do presidente foi derrubado. Por um longo período eles se referiam aos Tutsis como *inyenzi* (baratas), mas eu não sabia do que se tratava. Eu costumava viver em paz com meus vizinhos, mas, naquela manhã, suas faces mudaram. Quando acordamos, estávamos completamente

cercados. Durante a noite eles tinham construído bloqueios nas estradas e depois começaram a procurar, de casa em casa, por Tutsis. *Eu vi cadáveres de homens, mulheres, crianças por toda a vizinhança...*[a voz de Bernadette fica trêmula e ela começa a chorar] *Algumas mulheres colocavam roupas de menina em seus filhos, mas não adiantava muito. O mais doloroso era assistir à morte de seu marido e depois eles vinham estuprar você na frente do cadáver dele; eles me estupraram depois de ter assassinado o homem que eu amava. Eles diziam coisas como: ‘Seja feliz!’, ‘Aproveite!’.* Para as mulheres que, por sorte, sobreviveram, essa experiência sempre as acompanhará. *Os perpetradores estupravam as mulheres para satisfazer suas vontades, eles queriam saber como as mulheres Tutsis eram...eu quero dizer sexualmente, sabe? E eles espalhavam o vírus da AIDS durante os estupros. Muitas morreram porque contraíram doenças, ou elas estavam muito assustadas para falar.* Falar com alguém que pode nos ouvir alivia um pouco a dor [nesse momento, eu não consigo mais segurar as lágrimas e também choro]. Eu não posso relatar aqui tudo que eu passei, foram muitas coisas. Eu nunca pensei que pudesse apertar a mão de um Hutu novamente, mas devido ao apoio e ao compartilhamento das nossas experiências, eu posso. Nós ficamos mais fortes cada vez mais no grupo, apoiando umas às outras e dividindo nossos momentos difíceis com as amigas” (Bernadette. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011).

Após o depoimento de Bernadette, apenas lhe fiz duas perguntas:

F: Você mencionou que algumas mulheres usavam roupas femininas em seus filhos, você poderia descrever melhor essa situação?

B: *Adultos são fáceis de identificar, nós tínhamos carteiras de identidade com a etnia ‘Tutsi’ estampada nela.* Além disso, muitos vizinhos nos conheciam, mas as crianças pequenas podiam escapar. *Algumas sobreviveram utilizando essas táticas, escondendo a real identidade da criança, mas foram pouquíssimos casos porque eles queriam saber quem era o pai daquela criança.*

F: A organização parece ser ótima para vocês, não é mesmo?

B: É sim. É ótimo poder compartilhar os momentos com as outras mulheres, trabalhar juntas, refletir sobre a vida, fazer yoga...sou muito feliz aqui!”(Bernadette. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 01 ago 2011).

Cumpramos ressaltar que apesar de apenas três mulheres terem sido entrevistadas, todas foram vítimas de violência sexual, ainda que uma delas tenha tentado omitir este fato. Note-se que o critério de seleção destas mulheres para as entrevistas não foi baseado na experiência da violência sexual, mas na disponibilidade destas de compartilharem seus testemunhos. Nesse sentido, a experiência com a violência sexual fora revelada a posteriori, no curso das entrevistas, revelando que tais violações eram muito comuns durante o genocídio de 94 e que quase todas as mulheres da Ineza haviam sido vítimas de algum tipo de violência sexual.

Os depoimentos destas mulheres evidenciam que apesar de o genocídio ter ocorrido há dezessete anos, as seqüelas ainda estão presentes na sociedade. Com base na análise dos depoimentos, pudemos observar que a violência sexual foi utilizada em massa contra as mulheres Tutsis como parte integrante de uma política estatal de

eliminação da grupo-alvo Tutsi que considera a dinâmica de gênero na adoção deste tipo de violação. As consequências da violência sexual foram bastante significativas, resultando em traumas psicológicos e físicos, doenças sexualmente transmissíveis – especialmente a AIDS –, crianças indesejadas, aumento do número de órfãos e crianças abandonadas, além da marginalização e isolamento destas mulheres de suas comunidades. Contudo, muitas organizações não-governamentais e governamentais foram desenvolvidas para lidar com estes problemas e ajudá-las no processo de reinserção na sociedade.

Esta pesquisa também buscava incorporar o depoimento dos perpetradores destes tipos de violações, com o intuito de abordar o tema sob as duas óticas: a da vítima e a do perpetrador. No entanto, todos os perpetradores abordados durante a pesquisa – oito no total – negaram qualquer envolvimento em crimes de violência sexual e quatro sequer concordaram em mencionar algo sobre o genocídio. Este mesmo comportamento pôde ser observado quando da análise dos casos julgados pelo TPIR, nos quais os acusados buscavam isentar-se da culpa, negando as acusações. Apenas quatro perpetradores do genocídio concordaram em contar suas experiências na prisão Mpanga, localizada no sul do país, em Nyanza. Contudo, nenhum deles permitiu a reprodução, parcial ou total, de seus depoimentos, apenas consentiram, verbalmente, com o uso das informações divulgadas e percepções obtidas nesta pesquisa. Dentre os perpetradores, dois possuíam altos cargos executivos, sendo um deles prefeito na época do genocídio. Todos tinham completado o ensino superior e um possuía MBA. Dois deles assumiram ter cometido crimes de violência sexual contra mulheres Tutsis.

A narrativa predominante entre os perpetradores era a de que o genocídio não foi um fato organizado por todos, e que, na maioria das vezes, as pessoas não sabiam o que estavam fazendo e apenas cumpriam ordens de seus superiores. Segundo eles, os líderes encorajavam as massas a assassinar os Tutsis e tomar seus bens. Eles não matavam por ódio, mas para ficarem com suas propriedades; muitas pessoas eram ignorantes e apenas obedeciam aos governantes.

O prefeito, por sua vez, alegou que o sistema exigia certas responsabilidades e, como governante, sua função era a manutenção da ordem e esta ordem demandava

certas atitudes que, hoje, ele considera censuráveis. Entretanto, acredita que o genocídio afetou, de alguma maneira, toda a população ruandesa; todos sofreram as conseqüências e ninguém gostaria de vivenciar isso novamente.

Nota-se que os perpetradores reconhecem que cometeram erros, porém tentam se isentar da culpa, afirmando que apenas seguiam ordens dos governantes e líderes locais, em uma tentativa de minimizar o peso das atrocidades cometidas por eles, fosse para nós ouvintes ou para eles mesmos.

Cumpramos enfatizar a dificuldade em encontrar perpetradores de violência sexual que concordem tanto em conceder entrevistas quanto com a divulgação destas. Em geral, segundo Ngoga, os perpetradores não assumem que cometeram o crime ou alegam que presenciaram estes crimes, mas não tiveram envolvimento direto, escusando-se da culpa (Ngoga, M. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 02 ago 2011). Observamos esta mesma tendência nas publicações de testemunhos dos perpetradores do genocídio por outros autores; nota-se que o planejamento e execução dos assassinatos são detalhados<sup>129</sup>, no entanto, raramente se obtém detalhes sobre os crimes de violência sexual<sup>130</sup>.

## Conclusão

Este capítulo buscou iluminar a relação entre identidade, gênero e violência no genocídio ruandês de 94, ressaltando que a identidade das vítimas associadas aos pressupostos e expectativas de gênero e sua construção no imaginário local foram combinados, permitindo que o corpo da mulher Tutsi fosse transformado em um espaço de intervenção estatal.

Na primeira seção, ressaltamos as diversas teorias existentes sobre o uso do estupro em conflitos e verificamos que, em geral, estas teorias tratam o assunto como

---

<sup>129</sup> Ver Hatzfeld, J. *Machete Season: The killers in Rwanda Speak*. New York: Picador, 2005.

<sup>130</sup> Não cabe no escopo desta pesquisa investigar os motivos pelos quais isto ocorre, no entanto, esta situação pode estar influenciada pela dinâmica de gênero, na qual assassinar um homem é parte da cultura militarizada e masculinizada dos homens em geral, enquadrando-se em um modelo tradicional de guerra. Já o estupro e assassinato de mulheres, amplamente associadas com a paz e a vulnerabilidade, ressaltariam a covardia do perpetrador. Ressaltamos então que enquanto grande atenção é dada aos depoimentos das vítimas, poucos autores estão interessados em dar voz aos perpetradores, resultando em dados incipientes sobre os testemunhos dos perpetradores de violência sexual.

algo cotidiano e até inevitável em guerras, permitindo que muitos casos de violência sexual sejam tratados como secundários. Nessa esteira, destacamos a evolução da definição de estupro nas diversas instâncias da lei internacional e suas implicações para os indivíduos vítimas destes crimes. Em particular, destacamos a relevância do caso Akayesu, no âmbito do TPIR, que alargou a definição do estupro e firmou o entendimento de que este pode ser classificado como crime de genocídio em alguns casos.

Já na segunda seção, avaliamos o envolvimento do Estado ruandês nas práticas de violência sexual cometidas, em larga escala, contra as mulheres Tutsis e afirmamos que tais violações foram parte constitutiva do plano político de eliminar a população Tutsi. Destacamos que o esforço do governo ruandês em mobilizar toda a população e a utilização do aparato burocrático do Estado, com a participação direta de membros do governo, indicou a vontade de construir uma comunidade Hutu pura e homogênea por meio de práticas predatórias contra a população Tutsi, construída como uma alteridade radical inassimilável e ameaçadora.

Os testemunhos das vítimas corroboraram nosso argumento de que os tipos de violações direcionados às mulheres Tutsis estão informados pela construção de gênero e levaram em consideração os estereótipos delineados por meio das mítico-narrativas que as moldaram como superiores e inatingíveis. Ao passo que as análises acerca dos perpetradores apenas destacaram o desconforto e a escusa destes em discorrer sobre o tema.